

Descaso inunda sonhos



Em 1881, a Revista Ilustrada já mostrava uma charge sobre o caos depois das chuvas no Rio (à esquerda). Hoje, 130 anos depois, com todos os avanços tecnológicos, os mesmos problemas persistem (à direita). Desabrigados das chuvas de abril de 2010, em Niterói, ainda esperam do governo as garantias dos seus direitos.

PÁGINAS 6, 7 e 8

Rio sofre com a falta de planejamento urbano



O engenheiro sanitarista Stel Soares critica projetos e cobra o que é mais prioritário para a população. **PÁG. 12**

‘A Crise do Atual Modelo Energético e sua Difícil Solução’

Caderno temático é lançado pelo SENGE-RJ e traz debate sobre setor elétrico. **PÁGS. 3 e 4**

Viva o Primeiro de Maio: Um dia de luta

A data de Primeiro de Maio foi oficialmente criada, como o dia mundial do trabalho, pelo Congresso da Internacional Socialista de 1889, em homenagem às grandes manifestações de trabalhadores americanos que ocorreram nos primeiros dias de Maio de 1886, em Chicago. A 2ª Internacional, ao instituir esta data, prestava a mais justa das homenagens e reverenciava a memória dos mortos pela repressão policial ou condenados à morte e enforcados pela “justiça” dos patrões.

Chicago era, no final do século XIX, um dos maiores polos industriais americanos e também grande centro da luta sindical nos Estados Unidos. Como sabemos, a Revolução Industrial, originária da Inglaterra do século XVIII, e que, posteriormente, se estenderia ao restante da Europa e Estados Unidos, significou a consolidação do modo de produção capitalista no mundo. Este processo foi feito, em grande parte, com base na brutal exploração do trabalho. Àquela época, a jornada de trabalho se estendia até 17 horas de trabalho diário, não existiam férias, repouso no final de semana, muito menos aposentadoria.

O que os trabalhadores de Chicago reivindicavam era a redução da jornada de 13 para 8 horas semanais, melhores condições de trabalho e liberdade política e sindical. Os acontecimentos daqueles tenebrosos dias de Maio, principalmente a greve, os piquetes e os discursos inflamados, provocaram a ira dos patrões e uma brutal repressão policial se abateu sobre eles. É por tudo isto que, até hoje, comemoramos o Primeiro de Maio também como um dia de luto.

O Massacre de Realengo

■ AGAMENON OLIVEIRA

Têm sido cada vez mais frequentes os episódios de brutalidade extrema cometidos contra o ser humano. Mães que abandonam seus filhos em lixeiras, ou até mesmo os lançam de cima de pontes e viadutos, filhos que matam seus pais por motivos fúteis, culminando com a violência gratuita e irracional, como ocorreu na escola Tasso da Silveira, em Realengo. Um ou dois dias após, em Santos, uma ou mais pessoas saíram atirando de dentro de um automóvel em transeuntes completamente desprevenidos e indefesos, matando dois deles. Todos nós nos perguntamos: Por que tanta violência? Seria possível entender tanto desprezo pela vida? O que podemos fazer para impedir fatos como esses?

Um olhar mais atento à nossa volta vai nos mostrar que vivemos numa sociedade autoritária, com pouca tradição democrática, montada num sistema de valores orientado pelo individualismo e pelo poder do dinheiro e que outras formas de violência estão disseminadas de diferentes maneiras em todo o tecido social. Evidentemente, este quadro geral tem baixo valor explicativo e, por si só, é inteiramente insuficiente para compreender a banalização da violência na sociedade brasileira, sendo necessária uma investigação mais profunda em duas direções. Uma de caráter mais geral, social e política e outra que entendesse melhor o perfil psicológico dos diversos estratos sociais no momento atual, suas motivações fundamentais e, principalmente,

“TODOS NÓS NOS PERGUNTAMOS POR QUE TANTA VIOLÊNCIA?”

seu sistema de valores. Diferentemente do que faz a grande mídia, tentando construir um consenso em torno da psicopatia individual, quando sabemos que ela também tem outras motivações mais gerais.

De qualquer maneira, é necessário que a sociedade civil organizada adote de forma urgente um programa de lutas em favor da vida como valor universal. A luta contra a desigualdade, uma forma de violência política praticada pelas classes dominantes e que não se resolve com programas assis-

tenciais. A violência fascista do estado contra as populações mais pobres e que se manifesta nas políticas de “segurança pública”. As torturas generalizadas nas masmorras policiais e a dissimulação cretina das “autoridades” que fingem que ela não existe. A violência causada pelas drogas, inclusive contra o próprio corpo, por pessoas que não suportam sua existência tendo que apelar para drogas cada vez mais destrutivas. A violência no trânsito e na vida do-

méstica. A violência do sistema judicial proposadamente moroso e corrupto para beneficiar os que têm dinheiro e sua cumplicidade corporativa com o crime organizado.

Está na ordem do dia o enfrentamento pela sociedade de todas estas questões de forma inadiável. É preciso dar um basta na necrofilia, ou estaremos fadados a viver numa sociedade do medo e da insegurança. Uma sociedade dos poetas mortos.

■ AGAMENON OLIVEIRA é diretor do SENGE-RJ



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Adriana Martins
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17ª andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Caderno Temático mantém discussão sobre energia

SENGE-RJ lança publicação de interesse do setor elétrico e promove debate energético, com ênfase no modelo brasileiro adotado

Júlia Gaspar

O SENGE-RJ lançou o Caderno Temático “A Crise do Atual Modelo Energético e sua Difícil Solução”, de Gorka Bueno, doutor em engenharia de telecomunicações e professor da área de tecnologia. O evento aconteceu dia 27 de abril, no auditório do Sindicato.

O diretor do SENGE-RJ e professor da UFRJ Agamenon Oliveira foi o mediador da mesa e declarou que o Caderno Temático apresenta questões fundamentais de energia, expostas de forma muito didática. O representante do Illumina Roberto D’Araujo e o representante do Ministério de Minas e Energia Roberto Meira Júnior foram os palestrantes.

Roberto D’Araujo afirmou que o crescimento econômico do Brasil está,

cada vez mais, se especializando na produção de produtos básicos. “Ao invés de produzirmos o trilho, produzimos o ferro. Ao invés de produzirmos o avião, produzimos os alumínio. Isso faz com que a gente gaste muita energia e ganhe pouco. Podemos fazer uma comparação com o trabalhador de rua, um funcionário que está quebrando a rua, trabalha muito, gasta muita energia, fica estafado e, no fim do dia, o salário dele é pequeno”.

Para D’Araujo, o Brasil está virando uma espécie de operário do mundo. “Eu não estou contestando, mas, se é isso, nós precisamos de tudo das nucleares, do carvão, de todas as hidrelétricas, todos os rios. Se a gente quiser discutir a matriz energética, é fundamental discutir primeiro as coisas que vêm antes. Qual é o estilo de

desenvolvimento que o Brasil vai ter? De produção de produtos básicos? Isso já define muito da matriz energética”.

Usinas brasileiras não vendem o que produzem

D’Araujo explicou que as usinas brasileiras não vendem a energia que elas produzem. “Estas usinas vendem uma parcela do sistema como um todo. Por exemplo, uma usina térmica, no Brasil, é bom que não funcione enquanto não precisar, mas, e aí, como é que ela vende energia? Existe um sistema complicadíssimo que cede energia das hidráulicas para as térmicas. No Brasil, há um sistema muito diferente dos outros. Por exemplo, na Inglaterra, de manhã cedo, há um leilão de energia, quem vender mais barato liga a sua máquina, mas, aqui no Brasil, não é assim, uma usina térmica pode ficar um ano inteiro parada, mas tem que ganhar dinheiro”.

Movimento que vira energia elétrica

Roberto D’Araujo falou também sobre a célula fotoelétrica. “A não ser a célula fotoelétrica, dessas que captam a luz e transformam em eletricidade, todas as outras fontes tentam fazer um movimento, por exemplo, o rio, passa a girar a turbina, que está ligada no gerador, roda e gera a eletricidade. A nuclear é a mesma coisa, é uma grande panela de pressão que ferve a água, o vapor d’água gira uma turbina e gera energia elétrica. A energia das marés, outro exemplo: a maré enche, enchendo o reservatório, é como se fosse uma usina hidráulica. Todas es-

as fontes utilizam o mesmo princípio, transformar movimento em energia elétrica, a única diferença é a fotoelétrica.

O conceito de modicidade tarifária

Roberto Meira Júnior explicou que a modicidade tarifária significa incentivar fontes que impactem da menor maneira possível na tarifa. “A tarifa é dividida em duas parcelas, a parcela A e a parcela B, parcelas gerenciáveis e não gerenciáveis, isso envolve custos, encargos setoriais, então, tudo o que a gente puder fazer para não incrementar estas parcelas vem ao encontro da política energética brasileira. É isso o que a gente chama de modicidade tarifária. Por exemplo, se eu colocar uma energia hidráulica, com custo de geração barato, quando eu pego um custo de geração barato, que não vai incrementar no custo de transmissão, nem no custo de distribuição, no final, vamos chegar em uma energia barata, porque começou barato. Este é o conceito da modicidade tarifária”.

A conta de energia do brasileiro é cara

Meira Júnior diz que, quando traz-se o conceito da modicidade tarifária para a conta de luz, há os encargos. “Parte da nossa conta é encargo, 50% são encargos setoriais, 35% é custo de transmissão, o resto é custo de geração. Nós temos uma carga de impostos muito alta, por isso a energia no Brasil é muito cara. O que a gente faz é promover a geração, e que esta seja a mais barata possível, para que, mesmo tendo estes impostos, a tarifa diminua”.

Segurança no abastecimento

Para Meira Júnior, no momento em que precisa-se de uma fonte, esta pre-

Fotos de Adriana Medeiros



O representante do Ministério de Minas e Energia Roberto Meira Júnior e o representante do Illumina Roberto D’Araujo são especialistas em energia e estiveram na mesa do evento, mediado pelo diretor do SENGE-RJ Agamenon Oliveira

cisa estar disponível. “Isso tem muito a ver com escala. Se colocarmos uma ou duas usinas no sistema todo, não há tanta segurança, mas se, ao invés de duas, eu tenho 50, podemos ter duas paradas, mas teremos outros aerogeradores funcionando que compensam”.

Meira Júnior disse que segurança energética é a capacidade que há de colocar fontes (eólica, ou biomassa, por exemplo) que possam estar presentes quando necessárias. “Se o operador do sistema achar que é preciso incrementar mais energia no nordeste, por exemplo, preciso daquela fonte, aquela fonte precisará estar lá funcionando. Na eólica, biomassa e hidráulica já está confirmando que temos esta segurança”.

Energia solar: a mãe de todas

Roberto Meira Júnior afirmou que a energia solar é a mãe de todas as energias e tecnologias. “O Brasil é enorme e tem sol para todo o lado. A radiação solar no Brasil é muito boa, o que a gente está fazendo é com que reduzam os custos para que a gente dê mais escala da energia solar no Brasil. Ele explicou que há dois tipos de energia solar: a fotovoltaica, que são as placas que pode-se colocar no telhado da casa, e outra que simula uma parabólica ou torre, que tem muito na Espanha. “Reduzindo o custo no mundo, certamente, quando entrar no Brasil e mostrar que é competitiva, o governo vai incentivar a entrar no país. A fotovoltaica, eu acredito que, nos próximos anos, estará no mercado. Estas outras fontes são para somar, sempre para complementar, a nossa base é hidráulica”.

“Estas outras fontes são para somar, sempre para complementar, a nossa base é hidráulica”

ROBERTO MEIRA JÚNIOR



“O Brasil está virando uma espécie de operário do mundo”

ROBERTO D'ARUJO

O JAPÃO NÃO É AQUI

Para a diretora do SENGE-RJ e engenheira da Eletronuclear Maria Virginia Brandão, a energia nuclear foi muito mal divulgada no Brasil. “As pessoas só pensam em bomba atômica. Com os acidentes relativamente recentes das usinas na Rússia, Chernobyl (Ucrânia) e no Japão, as pessoas ficam apavoradas e não têm noção de que estes acidentes nunca aconteceriam aqui, tanto pelo tipo de tecnologia utilizado na usina, quanto pelas tragédias naturais ocorridas, que não são possíveis no Brasil. Todos os estudos apontam isso”.

Quem tem medo de Angra 3?

Gunter de Moura Angelkorte, também diretor do SENGE-RJ e engenheiro da Eletronuclear disse que a previsão de conclusão da usina de Angra 3 é 2015. Ele afirmou que uma pesquisa do Ibope mostra que, no Brasil, 54% das pessoas tem medo da usina por causa do que aconteceu no Japão. “Essa pesquisa foi feita em 32 países, a média mundial é de 48%. Então, esse medo, no Brasil, está maior do que a média mundial. Eu acredito isso à falta de informação. É até uma crítica que faço à minha própria empresa quanto à falha de comunicação. A Eletronuclear não tem muita habilidade para fazer o próprio marketing.

Japão: o bem preparado sistema nuclear falha contra terremotos

O engenheiro considera que, no Japão, as usinas resistiram ao terremoto. “O tsunami afetou a parte convencional da usina e, até o momento, não morreu uma única pessoa, no Japão, devido à radiação. O plano de evacuação das usinas funcionou, conseguiram, e não morreu ninguém. O Japão tem muita tecnologia para resistir a terremotos, é um dos países mais bem preparados para isso. Mas, como este último terremoto, nunca tinha acontecido antes de forma parecida e já matou 30 mil japoneses. É um número absurdo para um país tão bem preparado para terremotos, o projeto estava errado”.

30 anos do Atentado do Riocentro

No dia 30 de Abril de 1981, há 30 anos, em um show comemorativo de 1º de Maio, uma bomba explodiu no colo de um militar dentro de um Puma, matando-o imediatamente. O outro militar, que dirigia o carro, ficou gravemente ferido. Os dois, dentro de uma carro estacionado no Riocentro, estavam prestes a explodir uma bomba, dentro do local do show, com consequências imprevisíveis. Ambos per-

tencentes aos quadros das forças armadas, integravam os órgãos de repressão da ditadura militar.

O fato nunca foi devidamente esclarecido. Inicialmente, o Exército montou uma farsa muito mal fabricada e concluiu que os militares tinham sido vítimas de um ataque terrorista de esquerda. O capitão que escapou é, hoje, coronel e circula impunemente pelo Rio de Janeiro, sem ser minimamente importunado.



Divulgação

O atentado frustrado foi uma reação da direita radical ao processo de redemocratização no Brasil

Mulher, sindicalismo e trabalho

Seminário sobre a importância
feminina na sociedade reforça a busca
pela igualdade de direitos



Adriana Martins

O auditório do SENGE-RJ foi palco de debates sobre a mulher e sua participação no mercado de trabalho, nos sindicatos e também na família. O seminário “Mulher, Trabalho e Participação Sindical”, promovido pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), dia 29 de abril, contou com a participação de diversas palestrantes e com a apresentação de uma peça teatral. O evento teve abertura com as palavras do presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, e da diretora da Federação e coordenadora do Coletivo de Mulheres, Marcia Nori. Na ocasião, foi lançada a cartilha “Principais Direitos das Mulheres Profissionais”.

Um dos aspectos abordados no evento sobre as lutas feministas pelos direitos trabalhistas foi o desafio da mulher no exercício sindical, o que significa uma grande conquista na representação política do Brasil, de acordo com a doutora em Sociologia Bila Sorj. Esse avanço alcançado pelas mulheres, segundo a palestrante, legitima a posição social de identidade da mulher, embora ainda seja possível identificar discriminação em setores de trabalho. “Mais um desafio é o de terminar com a divisão setorial de trabalho, o que para nós, mulheres, é de grande importância, para aumentar a integração aos sindicatos, valorizando a igualdade entre homens e mulheres”, acentuou.

Políticas públicas de gênero em destaque nos debates

Outros pontos, como a importância da formulação de políticas públicas voltadas ao universo feminino, também foram debatidos durante o seminário, acrescidos de levantamentos de questões sobre concentração de mulheres no mercado informal e dos baixos salários em relação à mão de obra masculina. Até mesmo a família foi levada em consideração na temática debati-



Adriana Martins

Bila Sorj fala sobre os desafios da mulher diante do exercício sindical, no auditório do SENGE-RJ

da, bem como a organização do trabalho formal e suas normas.

A socióloga e antropóloga Solange Dacach ministrou a palestra “Quem somos, o que queremos, para onde vamos”, na segunda parte do seminário. Em seguida, um painel sobre a experiência na implantação de políticas de gênero em empresas e sindicatos foi discutido, com a participação das palestrantes Helena Kulnig, da Assessoria de Planejamento e Coordenação Eletrobras; Giucélia Araújo, do SENGE da Paraíba; além da presidenta do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, Amélia Costa; e da vice-presidenta da UNI America Mulheres, Mara Feltes.

Processo do SMP da Eletronuclear

O processo pelo Salário Mínimo Profissional dos engenheiros da Eletronuclear teve mais uma etapa encaminhada no dia 11 de abril, quando a empresa apresentou a sua defesa, na 33ª Vara do Trabalho. O SENGE-RJ está no aguardo da sentença.

Eleição do Conselho de Administração da Ampla

A Chapa 1 foi eleita para o Conselho de Administração da Ampla, com mandato de um ano, na eleição que aconteceu no dia 1º de abril de 2011. Portanto, a titular do Conselho é Elizabeth Codeço de Almeida Lopes, aposentada; e o suplente é Eduardo dos Santos Machado, presidente do Stien.



A TRAGÉDIA CONT

Vítimas das chuvas de abril de 2010 ainda estão à mercê do Estado. Promessas não cumpridas, novas filas de espera, planos e desilusão

Adriana Martins

A tragédia que desalojou milhares de famílias, nas regiões do Morro do Bumba, Fonseca, Engenhooca, Caramujo e Maceió, em Niterói, em abril de 2010, ainda castiga grande parte da população. Passado um ano dos deslizamentos e desmoronamentos, os desabrigados das chuvas ainda tentam algum auxílio do governo. Em nota, a prefeitura de Niterói informa que as pessoas, com pendências na entrega de documentação para receber a parcela de janeiro do aluguel social, têm mais uma oportunidade. Quanto àquelas que ainda não receberam auxílio, não há explicação.

Após tantas promessas do Estado para garantir os direitos das vítimas das chuvas de Niterói, ocorridas há um ano, a população prejudicada com as chuvas tenta fazer o recadastramento para receber o aluguel social. As vítimas da tragédia dizem que algumas parcelas estão em atraso há, pelo menos, dois meses. Outras pessoas denunciam que nunca receberam sequer uma parte do benefício.

Filas: desabrigados ainda tentam receber o aluguel social

O Clube Fluminense Natação e Regatas, localizado no Centro da cidade, é um dos locais escolhidos para recadastrar as pessoas cujos nomes começam pelas letras de A a L. O segundo local é o Canto do Rio Futebol Clube, também no Centro, para as pessoas cujos nomes começam pelas letras de M a Z.

Quanto à divisão dos nomes, parece haver organização, quanto ao atendimento, nem tanto assim, segundo conta a niteroiense Ana Lúcia Soares, de 46 anos. Ela diz ter ficado na fila por mais de cinco horas, no dia 15 de abril, para tentar se recadastrar no benefício do aluguel social. “Ainda vou esperar mais porque meu número é o 240”, diz ao referir-se à senha recebida na triagem.

No local, dona Ana Lúcia explica que as parcelas do aluguel social estão atrasadas há dois meses. Ela afirma ainda que, para quem não recebe o “Bolsa Família”, benefício do Governo Federal, há muita dificuldade e burocracia para conseguir o aluguel social, “Mesmo que a pessoa já tenha se cadastrado no local dos desabamentos, ela ainda tem que provar que foi prejudicada, tem que abrir conta, tem que levar os documentos”.

Para Ana Lúcia, a prefeitura não cumpriu nem a metade do prometido e falta organização. “A prefeitura só funciona à base de protesto. Eles não cumpriam nem a metade do que falaram do que iam fazer. Cadê os apartamentos para os desabrigados? A praça está lá”, desabafa Ana Lúcia ao se referir à construção de uma praça na região do Bumba, promovida pela prefeitura.

Dona Ana Lúcia diz que morou, com suas duas filhas, no Morro do Bumba, em Viçoso Jardim, Zona Norte de Niterói, durante seis meses, até ver tudo desabar nas chuvas de abril. Logo após o desastre, Ana Lúcia foi encaminhada a um abrigo, no Colégio Estadual Machado de Assis, no bairro do Fonseca. Ela afirma ter recebido o laudo da Defesa Civil uma semana depois do ocorrido e teve o prazo de 30 dias para deixar de vez a residência.

Embora a casa de Ana Lúcia não tenha desabado, ainda está interditada em uma rua que cede a cada dia. Segundo ela, nem a Defesa Civil consegue chegar lá para demolir a residência. “As casas da frente desceram com o deslizamento. A minha ficou, mas o asfalto está cedendo e nem as máquinas chegam lá por causa de uma cratera que tem no meio do caminho”.

A ex-moradora do Bumba ainda informa que, com o atraso do aluguel social, é complicado se manter em outra residência. “É muita humilhação. Eu estou morando em uma casa alugada, mas

por conta própria, porque, se depender do governo, não consigo nada”.

Não bastasse a casa soterrada, saques às residências são frequentes

A porteira Karla Tavares, de 36 anos, viu sua casa desabar na região de Pendotiba. Ela, que sempre morou naquele bairro, havia comprado uma casa na Estrada da Viração, no sub bairro Maceió, há cinco anos. Mesmo após tantas promessas do governo, Karla garante que até hoje a sua rua permanece destruída desde as chuvas de um ano atrás. “A minha rua só foi limpa porque tinha um deputado que conhecia um pessoal de lá e eu só consegui o aluguel social também por conhecer um candidato a vereador, porque, senão, não ia conseguir me cadastrar. Minha casa desabou e ainda saquearam o que sobrou dela”, contou emocionada.

A luta de Karla continua para receber o benefício do governo. “Eu queria estar na minha casa, mas estou aqui nessa fila, esperando que o governo olhe para a gente. A rua onde mora meu pai, a Rua Jota, ainda está toda destruída e ninguém foi lá dar assistência. Ele está morando de aluguel em uma casa na frente da antiga, que desabou”. Karla chama a atenção para o fato de haver muitas pessoas que, embora já tenham recebido uma nova casa, além de doações de grandes empresas, ainda estão recebendo aluguel social de forma irregular, ocupando o lugar daqueles que realmente precisam. “No Bumba mesmo, tem gente que já recebeu apartamento, ganhou doação de algumas lojas, mas estão recebendo em dobro. A região de Maceió ainda está abandonada”.

Lutas por garantia de direitos

Carlos Adriano dos Santos, de 40 anos, é mais uma das vítimas dos



Dona Ana Lúcia, no Clube Fluminense, afirma que



Karla Tavares, no drama do recadastramento



Carlos Adriano aguarda na fila para tentar receber a primeira parcela do aluguel social, após um ano

INUA

tado:
usões



Longa fila de espera no antigo Clube Fluminense, em Niterói, comprova o descaso do governo aos moradores que perderam suas casas



a Prefeitura não cumpriu a metade do prometido



Carlos Fernando mostra o laudo da Defesa Civil

inúmeros deslizamentos que atingiram Niterói e um daqueles que ainda não recebeu qualquer parcela do aluguel social. O ex-morador do bairro Engenhoca perdeu a casa e já tem o laudo da Defesa Civil, que comprova a interdição do terreno, além das demais documentações exigidas para receber o auxílio, como o comprovante de residência.

Entretanto, Carlos diz que até então não conseguiu nenhuma parcela do benefício, pois: “vou na Defesa Civil, me jogam para a prefeitura, falam quem tenho que resolver lá. De lá, falam para eu ir resolver na Justiça. E a gente fica nessa situação. E a empresa onde trabalho não vai ficar me liberando todo dia para eu resolver isso. Já tenho toda a documentação. O que falta então?”, questiona Carlos, que teme ainda ser dispensado de seu atual emprego, em uma companhia de limpeza da cidade, devido aos contratemplos enfrentados para conseguir os seus direitos.

Governo do Rio diz que vai pagar o prometido

Cerca de 20 funcionários da Subsecretaria da Região Metropolitana de Niterói, à serviço da Secretaria de Governo do Estado do Rio, foram voluntários e se dividiram nos locais de recadastramento para dar apoio à população.

“O pagamento do aluguel social às 3.200 famílias vítimas das chuvas de abril do ano passado em Niterói já está garantido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos”, diz a nota do Governo do Estado.

Entretanto, pagará a quem? “O pessoal da prefeitura diz que estão pagando três mil pessoas. Mas como ainda tem gente que não recebe?”, indaga Carlos Fernando, de 40 anos, morador do Bairro Caramujo. Ele, com o laudo

da Defesa Civil em mãos, confirma o descaso do governo diante das inúmeras situações dos desabrigados que ainda não receberam ajuda. “Fiquei sabendo que só vai receber o aluguel social quem já recebia, mas eu estou há um ano tentando receber, tenho tudo nas mãos para provar o que aconteceu com a minha casa e até agora não tive uma resposta sequer. Estou morando de favor”, exalta Carlos e completa que, no momento em que sua casa estava desabando, ele prestava apoio à Prefeitura de Niterói, socorrendo pessoas em outras regiões. “E quando eu cheguei em casa, depois de socorrer várias vítimas na cidade, e não tinha casa, fiquei desesperado. A sorte é que minha esposa e meus filhos conseguiram escapar”, finaliza.

A segurança do abrigo é feita por moradores

Jefferson da Silva, de 20 anos, morava na Rua Teixeira de Freitas, no Fonseca, Zona Norte de Niterói. Sua casa desabou e quase atingiu a residência de sua mãe. O jovem considera a chegada das pessoas ao abrigo do 3º Batalhão de Infantaria, em São Gonçalo, difícil e desorganizada. Ele relata que, aos poucos, as centenas de famílias passaram a criar uma rotina para facilitar a vida de todos. “A prefeitura tinha contratado uns guardas para cuidar da segurança, mas nem com briga de vizinho eles souberam lidar”, conta.

O jovem diz que, a partir daí, a população do abrigo solicitou a retirada dos seguranças para que os próprios moradores comessem a se revezar para cuidar da entrada e saída do local. Para o jovem, que recebe uma ajuda de custo da Prefeitura, para trabalhar no controle do acesso ao abrigo, valor que não preferiu não revelar: “depois que nós passamos a fazer a segurança do abrigo,

isso melhorou em 100%, porque os antigos seguranças só serviam para dar aparência”, ressalta o jovem. Ele afirma que os portões são fechados à meia-noite e, a partir daí, ninguém pode entrar.

Cadê o aluguel social?

Quanto ao aluguel social, o jovem afirma que as pessoas só têm informações sobre o benefício por meio de jornais, ou pela internet, quando vão até uma lan house próxima, pois, de acordo com ele, nenhum representante do governo os avisa. O poder público não vai até eles. “A gente tem que ficar sempre comprando o jornal para saber, ou quem tem acesso à internet na lan house conta as novidades”. Ele diz que a maioria das pessoas trabalha, embora algumas ainda estejam desempregadas. Mas o dinheiro é pouco para pagar aluguel.

A família de Jefferson já retornou à antiga casa, mesmo interditada, e apenas sua mãe recebe o benefício do aluguel social, pois as duas casas estão no mesmo quintal. “Eu prefiro deixar a minha mãe receber mesmo, porque ela precisa mais e agora vai ter que fazer obras para ver se melhora alguma coisa. Vender não dá, quem vai querer comprar uma casa em risco?”, diz Jefferson e completa que decidiu ficar no abrigo por ter perdido sua casa e também por ter dado início a um namoro que resultou em uma gravidez. “Aconteceu de eu namorar uma menina, aí ela engravidou e teve um filho meu”. Ele diz que, com o que recebe, pretende juntar dinheiro para sair de lá com sua nova família.

Saúde dos desalojados

O parto do bebê, hoje com quase dois meses, foi realizado em um hospital público, segundo informa Jefferson: “Aqui tem um posto médico, que ▶

funciona de 9h às 17h da tarde, mas só tem enfermeiros, e eles ajudam em algumas coisas. Mas minha namorada teve o neném no hospital e quem a levou foi o coordenador aqui do abrigo”.

Para Jefferson, a alimentação no abrigo improvisado tem sido balanceada, mas somente após a substituição da antiga empresa que fornecia refeições. Agora, a população tem direito ao café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. O rapaz informa que algumas pessoas do abrigo recebem ajuda de custo para trabalhar na cozinha. “A alimentação tem sido boa, mas a antiga empresa que fornecia alimento para a gente dava alguns vacilos, mas até que agora está legal”.

Falta Educação para os jovens

Quanto à educação, o jovem afirma que a prefeitura cadastrou algumas crianças, as menores, para terem aula em um colégio distante do local. Segundo ele, há transporte que as leva e as busca nessa escola. “Mas para os mais velhos fica mais difícil, cada um tem que procurar um colégio. Focaram mais nas crianças, para a gente só por fora mesmo”, lamenta Jefferson ao dizer que ele também teve que suspender o Ensino Médio, ao seguir para o abrigo improvisado no 3º BI.

Tantos planos por água abaixo

Ao ser questionado sobre a vontade de continuar os estudos, o jovem Jeffer-

son garante que adoraria, embora tenha dado início a uma nova vida. “Por mim, eu já teria saído daqui há muito tempo, mas não tenho condições ainda de alugar casa, comprar móveis e tentar começar de novo, ainda mais agora que tenho um filho. E a minha namorada é menor de idade e os pais dela, que também moram aqui, não deixam ela sair”, lastima.

“Vamos aguardar mais um pouco, juntar um dinheirinho e esperar para ver se sai essa casa aí do governo. Mas a gente nunca mais ouviu falar dessas casas aí. Falaram que iam construir umas casas populares, mas ninguém toca no assunto, nós nunca vimos, ninguém veio aqui para falar com a gente, só disseram que já estamos cadastrados para receber essa casa. A única pessoa que ajuda a gente e que informa algumas coisas é uma pessoa que trabalha na administração daqui, ele é da Defesa Civil”, finaliza.

Entre fatos e boatos

Jefferson se refere aos jornais tradicionais com muito receio, pois informa que grande parte deles trata do abrigo como um local propulsor de viciados e traficantes, mas o jovem garante que, como cada um ali conhece a dura realidade do outro, a união dos moradores é que tem dado estabilidade e segurança ao local. A equipe de reportagem não teve autorização para entrar no abrigo, mas segundo conta Jefferson, o segurança do local naquele expediente, cada família mora em um quarto do antigo Batalhão de Infantaria, em São Gonçalo. ■



Informe do jurídico

Garantia de direitos

Medo de denunciar leva engenheiros a arcar com danos trabalhistas. Em contrapartida, SENGE-RJ tem ganhos nas ações judiciais

Adriana Martins

A terceirização é tema de constantes debates no SENGE-RJ, devido à grande quantidade de fraudes e descaso com a qualidade dos serviços prestados. Da mesma maneira, o Salário Mínimo Profissional permanece na lista das lutas do Sindicato, uma das maiores conquistas obtidas pela categoria, a lei 4.950-A/66. E é no campo jurídico que os engenheiros associados buscam auxílio para requererem aos seus direitos. Entretanto, o receio de muitos profissionais em acionar a justiça pode impedir a obtenção de melhores resultados e ganhos.

Insegurança na busca por direitos

Segundo a advogada do SENGE-RJ Gisa Machado Silva, poucos engenheiros sócios entram com ações contra as empresas para as quais prestam serviços, muitas vezes por medo de serem prejudicados em outras companhias e sofrerem perseguições e retaliações. Segundo a advogada, devido à alta rotatividade de pessoal, presente com as terceirizações, o engenheiro evita procurar o Sindicato, principalmente o setor jurídico, por ter receio de ser prejudicado ou “mal visto” em outras instituições do setor e ainda correr o risco de perder vagas de emprego.

Entretanto, a doutora Gisa chama a atenção justamente para a preocupação do SENGE-RJ em colaborar com a mediação dos profissionais com a justiça, uma vez que a luta pela garantia dos direitos trabalhistas é constante no Sindicato.

De acordo com o levantamento realizado pela advogada Gisa Silva, embora poucos engenheiros a serviço de empresas terceirizadas recorram ao segmento jurídico do SENGE-RJ, para acionar a justiça em prol de seus direitos e benefícios, outros profissionais, provenientes de empresas públicas, promovem ações judiciais e obtêm sucessos e ganhos.

SMP no topo das ações ganhas

A exemplo, Gisa informa que a maior parte das ações são ganhas em relação ao Salário Mínimo Profissional, instituído em 22 de abril de 1966 pela lei 4.950 / A-66 e defendido pelo Sindicato. A advogada ainda estima que 90% da procura dos engenheiros ao setor jurídico do SENGE-RJ seja de motivação ao piso salarial. Vale ressaltar que o pagamento do SMP é uma determinação legal, que garante aos engenheiros, arquitetos e agrônomos um salário mínimo proporcional à jornada de trabalho e à duração do curso de graduação do profissional.

Além disso, a advogada informa outras questões levadas à justiça, por meio do SENGE-RJ: “Nós atendemos muitos engenheiros que questionam o piso salarial. Cerca de 90% das ações estão relacionadas ao piso. Planos de cargos e salários também são alvo de ações, principalmente no setor elétrico. Os profissionais buscam ter um enquadramento correto”, avalia e completa: “O profissional não pode ter medo de ser prejudicado por buscar auxílio no Sindicato. Ele tem mesmo que requerer seus direitos”.

art GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

SMP

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL
Lei 4950-A/66
ENGENHEIRO, EXIJA SEU DIREITO

Um longo desafio

Autoridades e representantes da sociedade civil organizada debatem transporte sobre trilhos

Adriana Martins

O presidente do SENGE-RJ, Olimpio dos Santos, coordenou uma mesa de debate, com o tema “Desenvolvimento”, durante o Seminário “Mantendo nos Trilhos”, realizado no Clube de Engenharia, dia 4 de maio. Estiveram presentes, na ocasião, autoridades, como: o subsecretário de Estado de Educação Profissional e Ensino Superior, engenheiro Luiz Edmundo Horta; o secretário de Transportes, Julio Lopes; o deputado estadual Gilberto Palmares; além do gerente do Departamento de Desenvolvimento Urbano do BNDES, Charles Marot, e outros representantes da sociedade civil organizada, para abordar o tema “Operação / Manutenção e Desenvolvimento do Sistema Metroferroviário do Estado do Rio de Janeiro”.

O assunto discutido no seminário é bastante recorrente no SENGE-RJ, que luta pela implantação do Projeto Central – Aceleração do Transporte Ferroviário no Rio de Janeiro, elaborado em conjunto com o Crea-RJ. Ao ser questionado sobre o conhecimento do projeto, o secretário de Transportes Julio Lopes não se manifestou, mas apresentou novas promessas para melhorias no transporte metroferroviário do Estado do Rio de Janeiro, como a adequação das estações a padrões de acessibilidade, previstas nas metas do Governo do Estado, até o ano 2016, quando serão realizadas as Olimpíadas Mundiais, no Brasil.

Valorização de parques nacionais versus garantia de terceirização

Durante o debate, foi questionada a compra de novos trens, e, segundo respondeu Charles Marot, de forma a enaltecer o Brasil, há garantia de condições favoráveis à fabricação desses veículos em território nacional: “O Brasil já tem condições de fabricar trens inteiros, embora eu ainda perceba problemas no setor comercial, uma dependência de companhias estran-

geiras”. Julio Lopes concorda com a afirmação do representante do BNDES e diz que o Estado vai priorizar a compra de trens fabricados no Brasil, a fim de fazer investimentos que incentivem parques tecnológicos nacionais.

Quanto ao fato de a empresa Odebrecht comprar 60% do capital da SuperVia, concessionária de trens metropolitanos do Rio – uma provável estratégia de aumentar o portfólio de concessões na área de transportes – Julio Lopes considera favorável a reformulação de um novo sistema de transportes. “Há um tempo atrás, a SuperVia era controlada por um pessoal sem rosto, pela *holding* Rio Trens Participações, pertencente à Rio Trens Corporation, sediada nas Ilhas Cayman. Agora está em um dos maiores grupos do mundo. A Odebrecht fará investimentos de cerca de R\$ 50 milhões, que permitirá a requalificação da via”, afirmou.

Formação profissional e mão de obra

A necessidade de melhor formação profissional foi o tema de debate para o engenheiro Luiz Edmundo Horta. Para ele, a área operacional é o melhor momento para o profissional ter mais sensibilidade. Já o deputado estadual Gilberto Palmares abordou aspectos da mão de obra e sugeriu repensar o sistema de

transportes metroferroviários. “Pensar em transporte é pensar em um todo, inclusive na mão de obra. As empresas têm de ter preocupação em oferecer oportunidades à juventude, mas, ao mesmo tempo, não perder aquela mão-de-obra já formada historicamente”.

Manutenção e Operação

A segunda rodada do seminário foi coordenada pelo engenheiro Ivanildo da Silva. O engenheiro adjunto da Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Marcio Cazelli, afirmou, à mesa, que a companhia pode canalizar recursos para implantação de meios de transporte metroferroviário, desde que aprovados pelo Governo Federal. “A CBTU também implanta o sistema VLT, o que viabiliza a entrada de fabricante nacional. Essa quebra de barreira possibilitará a substituição de fabricantes estrangeiros por nacionais”, assegurou.

A terceira rodada de debates ficou sob a coordenação do diretor da Federação Nacional dos Metroviários (Fenametro), Edgard Vaz. Dessa vez, a discussão girou em torno do sistema de operação do transporte metroferroviário, tema debatido pelo diretor do SENGE-RJ José Luiz Teixeira e o representante do Instituto Militar de Engenharia coronel Luís Antônio Silveira.

SENGE-RJ participa de mais uma audiência pública

• A Câmara Municipal de Duque de Caxias sediou uma audiência pública para mobilizar comunidades, sociedade civil organizada e governantes em torno das melhorias que devem ser feitas quanto ao transporte ferroviário do estado do Rio de Janeiro. O presidente do SENGE-RJ, Olimpio dos Santos, esteve presente na ocasião que reuniu cerca de 200 pessoas, dia 2 de maio. Segundo Olimpio, novas audiências em outros municípios já estão sendo agendadas.

O presidente do SENGE-RJ afirmou que essa audiência faz parte de uma série de mobilizações agendadas para tratar a questão do transporte sobre trilhos. O debate gira em torno do Projeto Central – Aceleração do Transporte Ferroviário no Rio de Janeiro, que visa adequar o sistema de transporte modal ferroviário ao sistema VLT (Veículos Leves Sobre Trilhos), para melhorar as condições de deslocamento da população.

Adriana Martins



Estiveram presentes no Clube de Engenharia autoridades, como: o subsecretário de Estado de Educação Profissional e Ensino Superior, engenheiro Luiz Edmundo Horta; o secretário de Transportes, Julio Lopes; o deputado estadual Gilberto Palmares; além do gerente do Departamento de Desenvolvimento Urbano do BNDES, Charles Marot, e outros representantes da sociedade civil organizada

Novo acidente em bueiro é um alerta à população

Antonio Gerson de Carvalho

O acidente ocorrido no dia 1º de abril, na galeria subterrânea da Light, em plena Avenida Nossa Senhora de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro, onde houve uma explosão que fez voar uma tampa de aço de cerca de quatro metros de comprimento, coloca novamente a população da cidade em estado de alerta. Pessoas feridas e danos materiais, provocados por esses “bueiros voadores”, já se tornaram comuns nos últimos anos, e as concessionárias Light e CEG, que dividem a responsabilidade desses acidentes, apesar de reconhecerem que a causa é falha na manutenção, não conseguem resolver o problema.

O acúmulo de gás em um ambiente fechado, provocado por um escapeamento em rede de gás canalizado, com um puco de oxigênio existente no local e um curto-circuito num cabo de energia, é uma combinação “explosiva” que

só pode ter esse tipo de resultado.

E isso acontece, pelo menos nos últimos 11 anos, porque a qualidade dos serviços prestados por essas concessionárias de serviços públicos é ruim e pela inoperância das agências reguladoras desses serviços, no caso da federal Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da estadual Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro (Agerensa). Não é por fatalidade, é um fato anunciado, é negligência e incompetência em resolver.

Hoje, todos percebem como era propaganda enganosa a afirmação de que os serviços públicos ficariam melhores nas mãos de empresas privadas, que as tarifas seriam menores e que a qualidade seria maior, para justificar os processos de privatização.

Mas os acidentes com bueiros retomam também outra discussão, que é sobre os casos fatais que costumam ocorrer, principalmente no período de inverno, nas instalações de gás no interior das edificações.



Acidentes em bueiros demonstram falha na manutenção

Não há manutenção e não há informação para as pessoas conhecerem os riscos.

Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) existe um Projeto de Lei, o PL nº 762, que, desde o ano de 2007, tenta tornar obrigatória a

vistoria das instalações internas de gás canalizado, por parte da concessionária CEG, como forma de prevenir situações de risco que possam causar novas mortes. No entanto, o projeto continua sem ser votado.

Existe ainda, no Rio de Janeiro, um movimento, chamado “Morte por Gás Nunca Mais”, que reúne principalmente parentes de pessoas vitimadas por esses acidentes e algumas entidades que apoiam o movimento, como o SENGERRJ, que, a todo momento, fazem manifestações procurando acordar as autoridades e cobram providências para que alguma coisa seja feita para que esses acidentes não aconteçam mais. No entanto, se as concessionárias continuarem a utilizar pessoal não qualificado das terceirizadas para execução dos seus serviços, se os governos que concederam esses serviços continuarem sem exercer fiscalização para exigir melhor qualidade e, se a população não exercer o seu direito de denunciar e reclamar, nada vai mudar.

Engenharia Cultural

ARTE, POESIA
E LITERATURA

NOVOS ALENTOS

Não quero mais falar de dores,
Vou mudar o tom dos meus lamentos,
Afugentar da vida, sabores,
Co' a energia de novos pensamentos.

Vou preferir sobreviver de amores,
Que tenham em si o frescor dos ventos,
Que reproduzam o aroma das flores,
E me tragam paz e novos alentos.

Vou matar de vez a hipocrisia,
Na velocidade de um colibri
Ao buscar o doce néctar da flor.

Vou encher minha vida de alegria,
Recuperando o tempo que perdi
Ao conviver co' a angústia da dor.

José Amaro, engenheiro da Ampla



Carlos Fonseca, engenheiro de Furnas, enviou esta foto de sua autoria ao JE, como uma homenagem ao Dia do Trabalho

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social.

Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

SER CARIOCA

Antes de tudo, é ser feliz
Ser da vida um eterno aprendiz
Contemplar uma montanha esculpida
Extasiado, esquecer da vida.
O carioca ri o ano inteiro
Possui um espírito altaneiro
Talvez por viver nas alturas
Ou para esquecer suas agruras.
É apreciar um desenho tatuado
Num belo corpo dourado
De uma mulher carioca
Que ao mundo inteiro provoca.
É acordar em qualquer dia
Com qualquer meteorologia
E descobrir sem nenhum aviso
Que o Rio é um paraíso.

Elson Oliveira, engenheiro eletricitista

Uma conquista a ser alcançada

Adriana Martins

Preço dos combustíveis eleva custo de transporte e pressiona a inflação

O Índice do Custo de Vida – ICV, calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, tendo como abrangência o município de São Paulo, em março, foi de 0,91%, com diferença de 0,50 pontos percentuais (pp.), em relação ao de fevereiro (0,41%).

Os grupos que mais colaboraram com a inflação foram: Transporte (2,34%), Habitação (1,10%) e Alimentação (0,80%). Estes três grupos representam 67,6% dos gastos familiares e, juntos, contribuíram com 0,85 pp., no cálculo do ICV deste mês.

A variação alcançada pelo grupo Transporte (2,34%) deveu-se, em especial, ao subgrupo Transporte Individual, cujo aumento foi de 3,17%, uma vez que o Transporte Coletivo apresentou variação bem menor (0,60%). A alta verificada no Transporte Individual reflete o crescimento dos preços dos combustíveis, cuja taxa passou de 1,28%, em fevereiro, para 5,20%, em março, ou seja, uma aceleração da ordem de 3,92 pp.. Por sua vez, a alta acentuada dos combustíveis foi provocada pela variação de 10,20%, no preço do álcool, combinada a um reajuste

também forte da gasolina (3,28%). No Transporte Coletivo, a variação foi bem menor (0,60%). Neste caso, os maiores aumentos se deram no metrô (2,69%), nos ônibus intermunicipais (3,96%) e nos trens de subúrbio (4,50%).

A variação do grupo Habitação foi de 1,10%, sendo mais acentuada no subgrupo da locação, impostos e condomínio (1,82%), seguido da operação (0,98%) e com a menor taxa apurada na conservação do domicílio (0,21%). Apenas um item deste grupo, serviços domésticos (4,17%), colaborou com 0,12 pp. no cálculo da taxa do mês.

As taxas dos subgrupos da Alimentação, cuja variação atingiu 0,80%, foram: produtos in natura e semielaborados (1,36%), produtos da indústria alimentícia (0,15%) e alimentação fora do domicílio (0,65%).

O índice geral do ICV compõe-se de três indicadores de inflação, medidos segundo três distintos grupos de renda das famílias paulistanas. Em março, as taxas foram crescentes, conforme o poder aquisitivo: estrato 1, de renda mais baixa, teve variação de 0,66%, para o estrato 2, a variação foi de 0,75% e, para o estrato 3, de renda mais elevada, a alta de preços atingiu 1,03%. O crescimento no mês de março, em relação a fevereiro, indicou alta para todos os índices, sendo mais acentuada para o 3º (0,62 pp.), seguido do 2º (0,35

pp.) e menor para o 1º (0,23 pp.).

Ao contrário do verificado em março de 2011, a inflação geral nos últimos 12 meses atingiu 6,72%, e decresce à medida que a renda aumenta: estrato 1 (6,80%), estrato 2 (6,73%) e estrato 3 (6,68%). De janeiro a março de 2011, o ICV acumula uma alta de 2,62%, apresentando comportamento inverso às taxas anuais, ou seja, aumenta à medida que cresce o poder aquisitivo: estrato 1 (2,21%), estrato 2 (2,43%) e estrato 3 (2,82%).

Nos três primeiros meses de 2011, dos dez grupos que compõem o ICV, dois apontaram taxas bem superiores ao índice geral (2,62%), são eles: Transporte (6,30%) e Educação e Leitura (5,16%). Outros variaram de forma semelhante à inflação geral: Despesas Pessoais (2,73%), Alimentação (2,38%) e Habitação (1,51%). Os demais grupos apresentaram taxas inferiores a 1%.

Neste período, no grupo Transporte, o aumento se deu tanto no subgrupo coletivo (9,40%) como no individual (4,92%). Na Educação e Leitura, as taxas de seus subgrupos foram bem distintas, educação (5,39%) e leitura (1,15%).

Para maiores detalhes, a publicação sobre o ICV no município de São Paulo, de março de 2011, encontra-se na página eletrônica do DIEESE.

SENGE-RJ defende HRA dos engenheiros da Eletronuclear

O diretor do SENGE-RJ Gunter Angelkorte esteve, dia 13 de abril, na audiência sobre Hora de Repouso e Alimentação (HRA), na Vara do Trabalho de Angra dos Reis, movida pelo SENGE-RJ contra a Eletronuclear. A empresa apresentou a defesa referente ao questionamento da 7ª e 8ª hora de trabalho. E o diretor do Sindicato Gunter Angelkorte informou que a escala praticada pela Eletronuclear é de: 6x3-6x3-6x6, ou seja,

para seis dias trabalhados, descansa-se três; para mais seis dias trabalhados, descansa-se mais três; e outros seis dias trabalhados, descansa-se seis.

O advogado da empresa questionou se o SENGE-RJ tinha conhecimento da existência de um acordo do Sindicato Majoritário STIEEN com a Eletronuclear. O diretor do SENGE-RJ respondeu que sim e informou ao juiz que o mesmo havia motivado a atitude do SENGE-RJ em defender o

interesse dos engenheiros, já que o STIEEN, em sua carta sindical, não tem como base territorial o município de Angra dos Reis, o que configura a irregularidade que, no momento, o SENGE-RJ questiona na justiça.

Cabe acrescentar que o SENGE-RJ apresentou prova documental, demonstrando esta irregularidade. Assim sendo, foi encerrada a audiência e o Sindicato aguarda a emissão de sentença da Vara Trabalhista de Angra dos Reis.

O presidente da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf), Clayton da Paiva, esteve no SENGE-RJ no final do mês de março (29/03) para apresentar um plano instituidor de previdência complementar, que seria direcionado a engenheiros sócios do Sindicato. Pontos importantes foram abordados na ocasião, como a estrutura do Sistema Previdenciário, Previdências Complementares Abertas e Fechadas, planos existentes no mercado, com suas vantagens e desvantagens, além da modelagem dos Planos Instituidores.

Segundo Clayton, é importante para uma instituição interessada em instaurar uma previdência complementar a criação de uma comissão que avalie a credibilidade e as exigências legais das fundações que prestarão o serviço, uma vez que, no caso do Sindicato, de acordo com o presidente da Fachesf, não haveria aporte, ou seja, o SENGE-RJ não se responsabilizaria pelo andamento do plano instituidor, mas sim participaria na formação de um grupo de trabalho para monitorar e avaliar o investimento.

Em princípio, Clayton avaliou que o plano instituidor beneficiaria os associados ao Sindicato e seus familiares, sendo possível o resgate da contribuição por meio de um plano de contribuição definida, em regime de capitalização, no qual só seria definido o quanto o participante contribuiria por mês.

Clayton afirmou que é de suma importância haver a construção de uma comissão no SENGE-RJ, para que, por meio de pesquisas, seja possível estabelecer o modo de funcionamento do plano de previdência complementar, o que inclui a avaliação de riscos e credibilidade em relação às fundações que prestariam o serviço.

O presidente da Fachesf anunciou que, embora o plano instituidor não esteja concluído, há trabalho para a sua construção, de modo que debates com o SENGE-RJ possam contribuir para uma formulação mais fundamentada.

De acordo com o diretor do SENGE-RJ Antonio Gerson, essa seria “mais uma tentativa que o Sindicato faz para estudar o tema, com objetivo de, no futuro, oferecer um plano de aposentadoria a seus associados”.

CAOS no Planejamento Urbano Carioca

Especialista critica projeto que prevê a derrubada da Perimetral, a construção do Teleférico no Alemão, ampliação do metrô, linhas de ônibus articulados para as Olimpíadas e alerta para a falta de prioridades nos investimentos

Júlia Gaspar

Stel Soares é engenheiro sanitário, ex-subsecretário de planejamento do Estado e diretor do SENGE-RJ. O especialista afirma que o planejamento urbano é um grande problema na cidade do Rio de Janeiro. “A falta de planejamento ou desrespeito ao que foi planejado é a grande questão. As nossas obras, tradicionalmente, têm o projeto feito rapidamente, mas quando as obras vão ser realizadas, descobre-se que esqueceram muitos itens, causando atrasos enormes nos cronogramas, assim como acréscimos absurdos nos orçamentos. Com um mal projeto, não há uma boa obra”.

Metrô desordenado

O engenheiro considera que as atuais autoridades do Rio de Janeiro estão desrespeitando o planejado. “Por exemplo, o metrô: esta linha 2A, que atualmente é a linha 2 que entra na linha 1, na Central, nunca foi planejada. Nós, no Sindicato, alertamos que isso daria um estrangulamento, que é o que nós vemos hoje, quem anda de metrô sabe. Não cumpriram um plano e agora querem a continuidade da linha 1 para a Barra da Tijuca, que nunca foi pensada”.

Stel explica ainda que, por causa das Olimpíadas de 2016, não será executado o traçado da linha 4 do metrô. “Ao invés disso, vão ‘esticar’ a linha 1 até a Barra da Tijuca, sem apresentarem, até o momento, um projeto que não onere a cidade agora e no futuro.

Porto: Maravilha empresarial

O município pretende, no projeto Porto Maravilha, renovar toda a área do Cais do Porto. Stel Soares explica que, para esta renovação, resolveram, por uma questão estética, derrubar a Perimetral, entre a Praça Mauá e a Rodoviária, o que deve acontecer, em setembro de 2011. “O elevador é feio, disso não há dúvida, mas não é prioridade a sua derrubada. O projeto Porto Maravilha pressupõe a construção de inúmeros edifícios,

comerciais e residenciais, de até 52 andares, na região do Porto, uma renovação completa da área. Mas os empresários alegam que não vão auferir os ganhos adequados por causa da feiura do elevador. Então, a prefeitura resolveu derrubá-lo. O custo desta derrubada e a construção de vias que o substituem está orçado em R\$ 3,5 bilhões. Não considero que seja prioridade. Até porque o economista Márcio Pogi, em um artigo, lembrou que o famoso e charmoso Pier 17, em Nova Iorque, tem um elevador horrível junto dele, no entanto, é considerado ‘charmoso’”.

Prioridades de lado

O engenheiro sanitário reclama da falta de respeito ou definição das prioridades na cidade do Rio de Janeiro. “Falta dinheiro para a escola, saúde, saneamento, e muitas coisas. Todas as 30 estações de tratamento de esgoto, construídas pelo Programa Favela Bairro, estão paradas, assim como 80 elevatórias de esgoto e cerca de um milhão e meio de quilômetros de rede de esgoto nas favelas, que estão sem operação e manutenção, desde 2007. Todo o sistema de saneamento das favelas está parado. Isso sim seria prioridade. Eu acho que o elevador é feio, mas não considero que derrubá-lo seja uma prioridade. Que trate-se de embelezar o elevador, ao invés de jogá-lo ao chão, ele funciona bem, tem a sua utilidade. O elevador é feio, mas gastar este dinheiro para derrubar algo que está funcionando é um contrassenso, até porque gastou-se muito dinheiro para construí-lo. É dinheiro demais para jogá-lo fora por uma questão estética”.

Legados que não ficarão

O metrô e a intervenção no Porto seriam legados das Olimpíadas de 2016

para a cidade, assim como as linhas de ônibus articulados: Transoeste (Santa Cruz – Barra da Tijuca), Transolímpica (Deodoro – Barra da Tijuca) e Transcarioca (Galeão – Barra da Tijuca). Porém, Joaquim Aragão, doutor em transporte, especialista da UNB, declarou, em palestra no SENGE-RJ, em 2010, que estas linhas propostas não são adequadas para uma cidade como o Rio de Janeiro, porque elas seriam saturadas em pouco tempo. Stel Soares explica: “Podem funcionar adequadamente nas Olimpíadas, mas, com o crescimento da cidade, ficariam saturadas, não é definitivo, não é um legado para a cidade, o ideal seria, por exemplo, o metrô, ou outro transporte de massa. Mas, como não dá para fazer até

“**TODO O SISTEMA DE SANEAMENTO DAS FAVELAS ESTÁ PARADO. ISSO SIM SERIA PRIORIDADE**”

as Olimpíadas, farão isso, que deve funcionar para a época, mas, depois, a cidade vai ser onerada novamente. A cidade está deixando um legado para as Olimpíadas, ao invés de acontecer o contrário”.

Teleférico no Alemão e outras vitrines

Stel Soares considera que o Teleférico construído no Morro do Alemão não terá utilidade para a maioria, na comunidade, funcionando apenas como uma vitrine. O Teleférico do Alemão tem 152 carros, que não param para as pessoas entrarem, é preciso entrar com o bonde em movimento. Os carros são presos a um cabo de 3.800 metros. A viagem completa dura meia hora, com, no máximo, 10 pessoas por carro. São seis estações: Bonsucesso, Morro do Adeus, Baiana, Alemão, Itararé e Fazendinha. As estações tem três lances de escadas, mas também há um elevador destinado a deficientes físicos, para chegar em cada estação.

“Cerca de 140 mil pessoas moram no Complexo do Alemão, quem não mora perto do cume do morro, não vai deixar de pegar uma moto taxi, van ou ônibus,

para pegar o Teleférico. Raul Maurício Lisboa, engenheiro da CBTU, disse que o preço do bonde do Teleférico não poderia ser mais alto do que o da moto taxi, senão as pessoas não vão usar o Teleférico. Além disso, as pessoas não vão subir o morro, para depois subirem ainda três lances de escada. E esqueceram de um dado importante: a prefeitura do Rio de Janeiro, num plano de desenvolvimento urbanístico do Alemão, em 2003, fez uma pesquisa de origem e destino, no Complexo do Alemão, e constatou que o destino de quem sai do Alemão, na maioria absoluta das vezes, não é a estação de Bonsucesso”, garante Stel Soares.

O diretor do SENGE-RJ afirma que este projeto é uma vitrine turística, apesar de ter sido realizado com o intuito inicial de ter uma utilidade importante na comunidade, o que, de acordo com Stel Soares, não vai acontecer, porque não vai atender às necessidades básicas. “Assim como é vitrine a Elevação da Via Férrea, em Manguinhos, sem resolver o problema básico da comunidade, que é a drenagem. E também como outra vitrine, a Torre, em Ipanema, na qual elevadores seguem da Praça General Osório para a comunidade de Pavão Pavãozinho, mas não fizeram o sistema viário local, ou seja, a circulação de veículos da favela, afinal, gastaram muito dinheiro na vitrine”, declara Stel Soares.

Conclusão

Stel entende que é necessário escutar a sociedade civil antes de despender vultosas quantias, modificando a infraestrutura da cidade. “A área técnica ou os moradores não são ouvidos, sob a desculpa de acordos que teriam sido feitos com o Comitê Olímpico ou a Fifa. Os atrasos alegados servem de desculpa para estes atropelos. As associações de moradores e as entidades da área técnica se mobilizam para impedir este escoadouro de recursos públicos e incompetência. Precisamos participar deste movimento, que é a essência da democracia”.



Júlia Gaspar

Stel Soares critica a prioridade dos investimentos públicos